



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0009241-90.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Jean Jose Guilherme**  
 Requerido: **Sandra da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de causa, com pedidos originário e contraposto, relativa a acidente de trânsito ocorrido na Av. Getúlio Vargas, sentido Praça Itália - Rodovia Washington Luís, em que o autor estava na condução de caminhão e a ré de automóvel.

Sustenta o autor que transitava pela faixa da direita quando, em determinado momento, a ré o ultrapassou pela esquerda e a seguir, de modo repentino, cortou a frente do caminhão para estacionar, à direita, na vaga da academia à qual se dirigia.

Sustenta a ré, de modo distinto, que efetivamente ultrapassou o caminhão do autor, mas isso umas duas quadras antes do local do acidente, e após a ultrapassagem posicionou-se na faixa da direita, à frente do caminhão, sendo que, após dar sinal de que iria fazer a manobra à direita para ingressar em vaga do estacionamento da academia, que fica sobre a calçada, e após iniciar a referida manobra, foi atingida pelo caminhão no momento em que parte do seu automóvel estava sobre a calçada e parte sobre a via pública.

Ultimada a produção da prova, o magistrado reputa que nenhuma das partes logrou

**0009241-90.2016.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

êxito em comprovar a sua versão, ou seja, a culpa da parte contrária.

Como consequência, não resta alternativa se não a rejeição de ambos os pleitos, tanto o originário quanto o contraposto, pois, em relação a cada pedido, o ônus da prova sobre a culpa do adversário é atribuído por lei àquele que o deduziu, nos termos do art. 373, I do Código de Processo Civil.

Quanto à versão apresentada pelo autor, parece-nos que se trata, efetivamente, da narrativa mais crível, levando em consideração o ponto de impacto no veículo conduzido pela ré.

Com efeito, verificamos pelas fotografias de fls. 32 que o veículo da ré foi atingido na quina traseira direita, entretanto mais na lateral do que na traseira propriamente dita.

Tendo essa circunstância em conta – colisão mais na lateral - e admitindo-se como incontroverso que o caminhão transitava em linha reta pela faixa da direita da avenida, não há dúvida de que o automóvel, quando atingido, estava praticamente na perpendicular do caminhão.

Essa posição do automóvel, no momento da colisão, em razão da trajetória curva que o veículo há de necessariamente efetivar para convergir, é mais condizente com a manobra que o autor afirmou ter a ré perpetrado – ou seja, originada da faixa da esquerda da avenida, cortando a frente do caminhão que vinha pela faixa da direita: propiciando espaço de manobra para o carro posicionar-se quase na perpendicular do caminhão quando ocorrido o impacto - do que com a manobra que a ré sustenta, pessoalmente, ter efetivado – ou seja, originada da faixa direita: sem esse mesmo espaço de manobra.

Todavia, também não se exclui, embora em proporção relativamente pequena, a possibilidade de o automóvel ter sido avariado na lateral mesmo com a sua manobra tendo sido originada da faixa da direita da avenida, desde que se admita, por exemplo, que a ré convergiu à direita fazendo uma curva mais fechada que o usual e que o caminhão transitava na extremidade direita da sua própria faixa.

Não bastasse, forçoso reconhecer que o autor não produziu prova do quanto por isso



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

alegado, primeiramente porque o "registro de boletim de ocorrência policial não constitui prova dos fatos nele relatados, mas somente declaração unilateral" (STJ, AgRg no REsp 623.711/RS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, 4ªT, j. 17/12/2009).

Em segundo lugar, a testemunha arrolada pelo autor não presenciou os fatos, portanto não declarou nada de conclusivo e sólido a respeito de como o acidente de fato se apresentou.

Quanto à versão apresentada pela ré, verificamos, já de pronto, que não se trata de narrativa crível, considerado o ponto de impacto de seu automóvel, pela razão já exposta anteriormente.

No que diz com a a testemunha por si arrolada, apresentou depoimento extremamente confuso, a ponto de desde o início sustentar que caminhava no mesmo sentido dos veículos acidentados, mas, no final, alterar essa afirmação para dizer o fato contrário, isto é, que caminhava no sentido oposto.

Se não bastasse, a inquirição se deu, pelo magistrado, de modo a que se compreendesse como poderia o acidente ter ocorrido na forma sustentada pela ré e, ao mesmo tempo, o automóvel ser atingido na lateral e não na traseira, sem que a depoente tenha logrado êxito minimamente satisfatório em suprir essa dúvida a respeito da dinâmica do acidente.

A conclusão que se tira é a incerteza e insegurança, do magistrado, sobre como se operou o acidente e quem é o culpado, levando-se à improcedência dos depois pedidos.

Ante o exposto, julgo improcedentes pedido originário e contraposto.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado.

P.I.

São Carlos, 16 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**